

## **ECONOMIA SUL-MINEIRA: O ABASTECIMENTO INTERNO E A EXPANSÃO CAFEEIRA (1870-1920)**

Fábio Francisco de Almeida Castilho<sup>1</sup>

### **Resumo**

No presente artigo, buscaremos assinalar algumas características da economia sul-mineira, região que se destacou como produtora cafeeira a partir do final do século XIX e ao longo do XX. No entanto, a mesma região também foi responsável por uma tradicional produção agropastoril voltada para o mercado interno, ainda no final do século XVIII e primeira metade do XIX, condição que contribuiu para o Sul de Minas tornar-se umas das regiões mais dinâmicas de Minas no período em evidência, primeiramente com uma condição demográfica significativa, que possibilitou grande influência política entre 1870 e 1920.

Palavras chave: Sul de Minas. Café. Abastecimento Interno. Demografia. Representatividade Política.

### **Abstract**

In the present article, we will look for to mark some characteristics of the economy south of Minas Gerais, area that stood out as producing of coffee starting from the end of the century XIX and along the XX. However, the same area was also responsible for a traditional agrarian production and of cattle gone back to the internal market, still in the end of the century XVIII and first half of the XIX, condition that it contributed so that the South of Mines to become some of the areas more dynamics of Mines in the period in evidence, firstly with a significant demographic condition, that made possible great political influence between 1870 and 1920.

Key words: South of Minas. Coffee. Internal Provisioning. Demography. Political Representation.

### **Introdução**

No presente artigo, buscaremos assinalar algumas características da economia sul-mineira, região que se destacou como produtora cafeeira no último quartel do século XIX e ao longo do XX. No entanto, a mesma região também foi responsável por uma tradicional produção agropastoril voltada para o mercado interno, ainda no final do século XVIII e primeira metade do XIX, condição que contribuiu para o Sul de Minas tornar-se umas das regiões mais dinâmicas da província/estado no período em

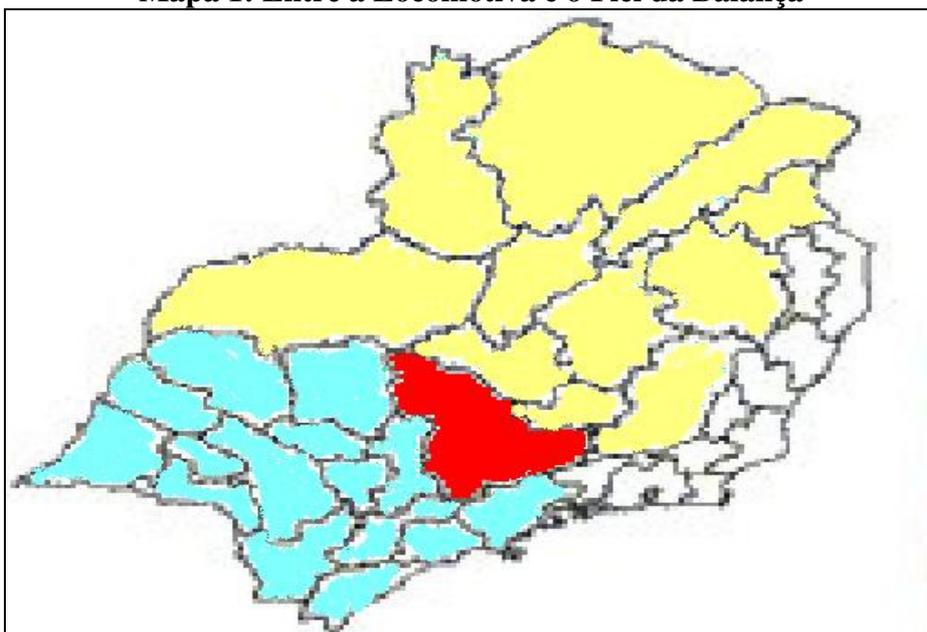
---

<sup>1</sup> Aluno do Programa de Doutorado da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita (Unesp), Franca.  
E-mail: fabiofacastilho@hotmail.com

evidência, primeiramente com uma condição demográfica significativa, que possibilitou grande influência política entre 1870 e 1920.

Nossa região de estudo, o Sul de Minas, está localizada na divisa de Minas e São Paulo. Embora pertença a Minas Gerais, sempre sofreu forte influência do estado vizinho<sup>2</sup>, que mais abastado, embalou muito dos sonhos de prosperidade da população sul-mineira.

**Mapa 1: Entre a Locomotiva e o Fiel da Balança**



Mapa da região Sudeste do Brasil. Em amarelo o estado de Minas Gerais, em azul o estado de São Paulo e em vermelho a região que se quer destacar, o Sul de Minas.

Mapa modificado a partir de [www.cnpq/embrapa.br/zoneamento/sudeste/figura09.ipg](http://www.cnpq/embrapa.br/zoneamento/sudeste/figura09.ipg).

Nosso recorte espacial, o “Sul de Minas”, a princípio, pode parecer pouco objetivo devido às inúmeras alterações geográficas administrativas que Minas Gerais sofreu ao longo do século XIX. A historiografia aponta para os constantes “desmembramento, reagrupamento, supressão e reinstalação de distritos, vilas e comarcas” (GRAÇA FILHO, 2002) ocorridos devido à extrema maleabilidade da política administrativa mineira.

Por outro lado, existe a recomendação de que as fronteiras da região escolhida como objeto de pesquisa não sejam demasiadamente amplas, para que a documentação não se disperse. E que, além disso, é inviável tomarmos como base as fronteiras administrativas adotadas no presente ou no passado. Aconselha-se, ao contrário, que o

<sup>2</sup> Esta influência se reflete não só no ponto de vista econômico, mas também no que tange aos pontos de vista social, cultural e político.

pesquisador não se prenda a limites geográficos ou administrativos, mas defina seu recorte regional conforme os objetivos do trabalho (BLOCH, s.d.).

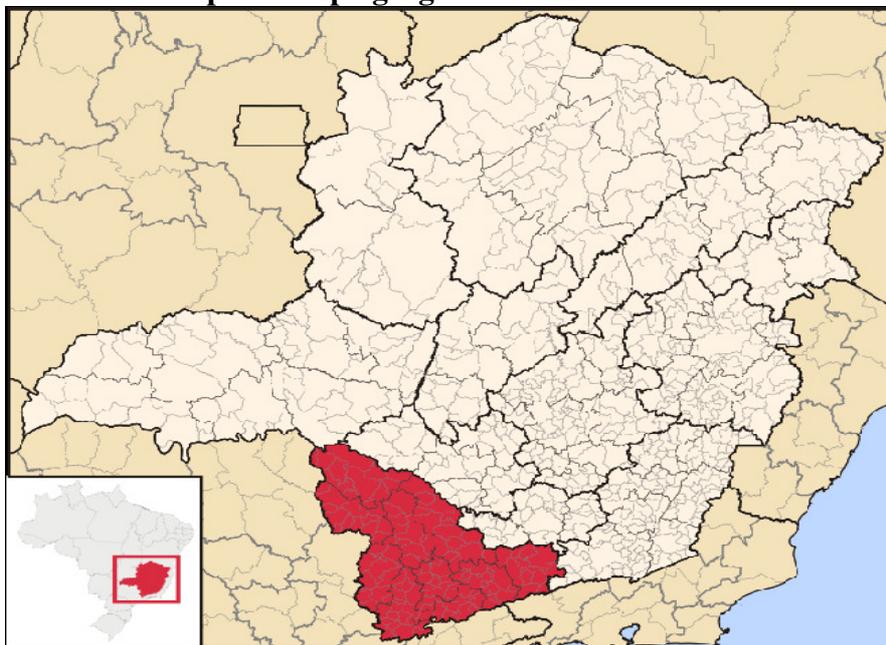
De acordo com Ilmar Mattos, a região não se distingue por suas características naturais, e sim por ser um espaço socialmente construído, da mesma forma que, se ela possui uma localização temporal, este tempo não se distingue por sua localização meramente cronológica, e sim como um determinado tempo histórico. Deste modo, a delimitação de espaço e tempo de uma região se estabelece entre os agentes a partir de relações sociais (MATTOS, 1990). Para o mesmo autor, os critérios adotados na delimitação regional não podem ser somente físicos, mas devem derivar do entrecruzamento entre as dimensões espacial e temporal. Assim sendo, o espaço regional é socialmente construído através das diferentes experiências históricas vividas por seus atores.

Portanto, aqui, a região que se pretende abordar é o quinhão mineiro demarcado pelo rio Grande e que se confronta com os estados do Rio de Janeiro e São Paulo através da Serra da Mantiqueira. Geograficamente corresponde a “uma vasta área entrecortada por vários caminhos que garantiram o acesso e possibilitaram a interconexão comercial das principais áreas escravistas do Centro-Sul” (ANDRADE, 2005). Mas não somente, acreditamos que ao definir “região” nos referimos a uma construção abstrata, elaborada no decorrer do tempo por atores coletivos que a ela se relacionam direta ou indiretamente. “A região é formada por um conjunto de valores socialmente aceitos e partilhados pelos seus agentes, que conferem a ela uma identidade própria, capaz de gerar comportamentos mobilizadores de defesa de interesses” (VISCARDI, 1997). Assim, de acordo com Viscardi, a região é um *constructo* de seus agentes e suas fronteiras delimitativas são fluídas e variam em função das circunstâncias em que são delineadas. Deste modo, cabe ao pesquisador, na definição dos limites de seu recorte regional, se apropriar de uma região simbolicamente construída no período estudado, levando em conta os critérios de delineamento já existentes, mas escolhendo entre eles o que melhor se ajuste aos seus objetivos de pesquisa.

A região aqui enfocada, o Sul de Minas, possuía uma identidade própria, partilhada por seus habitantes e reconhecida além de suas fronteiras. Com efeito, na imprensa do período e até nos relatórios de presidente de província/estado, existem referências contínuas a setores da elite política como provenientes desta região, o que

comprova que esta divisão interna fazia parte da identidade cotidiana nas relações intra-elitistas.

**Mapa 2: Mapa geográfico do Sul de Minas**



Mapa 2: Mapa geográfico de Minas Gerais, em vermelho o Sul de Minas. Fonte: [imagens.google.com.br/upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/tumb/3/MinasGerais-Meso-região](https://imagens.google.com.br/upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/tumb/3/MinasGerais-Meso-região).

Embora o Sul de Minas fosse uma das regiões mais dinâmicas da província/estado, até então poucos trabalhos foram produzidos a fim de esclarecer como os processos históricos debatidos pela historiografia nacional se apresentaram na região. Recentemente alguns trabalhos têm contribuído para suprir estas lacunas, como o de Marcos Andrade, *Elites regionais e a formação do Estado brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*, obra em que o autor desvenda o povoamento e mapeia a produção sul-mineira voltada para o abastecimento interno, além de apontar as estratégias da elite local para perpetuar-se no poder e controlar a população escrava num processo de constantes negociações na primeira metade do século XIX. Em *A saga dos cafeicultores no Sul de Minas*, de José Oliveira e Lúcia Grinberg, temos informações sobre a origem e expansão cafeeira na região e a formação das primeiras famílias voltadas para a produção da rubiácea. No esteio destes dois trabalhos novos pesquisadores desenvolveram outros temas, sempre enfatizando a dinâmica e importância do estudo do Sul de Minas, como eu mesmo, que em minha dissertação de mestrado questioneei as propostas para a transição da mão-de-obra na região aventadas pelos periódicos locais, com destaque para o alvitre imigrantista como solução modernizadora e

tributária do paradigma paulista (CASTILHO, 2009). Ana Cristina Pereira Lage, em sua dissertação defendida na Universidade de Campinas, analisou o contexto da implantação do Colégio Nossa Senhora do Sion em Campanha e as disputas políticas que estiveram presente nesta empreitada (LAGE, 2007). Juliano Custódio Sobrinho, em sua dissertação recém defendida na Universidade Federal de Juiz de Fora, estudou o desenvolvimento do comércio voltado para o abastecimento interno localizado no município de Itajubá (CUSTÓDIO SOBRINHO, 2008). O trabalho de Leonara Lacerda Delfino, que será defendido brevemente na Universidade Federal de Juiz de Fora, desenvolve um estudo qualitativo e micro-analítico da formação e desenvolvimento de trajetórias familiares de cativos e libertos, oriundos de pequenas e médias posses de Pouso Alegre (DELFINO). Também a historiadora Maria Lúcia Prado Costa possui uma extensa bibliografia publicada pela FUNDAMAR – Fundação 18 de março, na qual a autora se debruça sobre diversos aspectos da história sul-mineira<sup>3</sup>.

Esses e outros trabalhos buscam elucidar temas obscuros da historiografia sul-mineira, que, evidentemente, dialogam com os temas discutidos no âmbito nacional.

A historiografia percebe esta passagem dentro do amplo quadro da constituição do capitalismo no Brasil, ressaltando as transformações socioeconômicas e a transição de relações sociais do tipo “senhorial-escravista” para relações do tipo “burguês-capitalista” (CHALHOUB, 2001). Durante este período o Sul de Minas passava por transformações em sua estrutura demográfica, econômica e social. E, aos poucos, se inseria a nova ordem capitalista. Embora não exista um trabalho que descortine a questão, com a apresentação de números exatos da demografia sul-mineira, trabalhos seminais, como o de Douglas Libby e Ana Lúcia Duarte Lanna, indicam que a migração de libertos da zona rural para a urbana, as melhorias nas condições de saneamento e a intensificação da imigração impulsionada pelo Estado, estimularam o crescimento populacional regional (LIBBY, 1988 e LANNA, 1988).

Concomitante a este processo tem-se a expansão da malha ferroviária. Segundo Norma de Góes Monteiro, o surto ferroviário se deu a partir da década de 1870, e significou um impulso definitivo na economia cafeeira de Minas (MONTEIRO, 1994). Além disto, é na década de 1870 que chegaram ao Brasil as idéias científicistas e

---

<sup>3</sup> Da mesma autora ver: "A Fábrica de Tecidos de Machado (1871-1917)", "Fazenda São Diogo, uma saga dos escravos libertos no Sul de Minas", "A Cia. Estrada de Ferro Muzambinho - 1887-1910", "A transição da mão-de-obra escrava para a livre no Sul de Minas" e "Fontes para a História Social do Sul de Minas", publicados pela FUNDAMAR, entre 1989 e 2002. Ver bibliografia.

evolucionistas, que ajudaram a definir o encadeamento do processo de modernização e de imigração para o país. Estas idéias postulavam a troca da mão-de-obra nacional pela europeia, com a finalidade de branquear o país e torná-lo mais civilizado (Ver: ALONSO, 2002; NEEDELL, 1993; SCHWARCZ, 1993; SEVCENKO, 1983; LUCA, 1999; MENEZES, 1997 e CHALHOUB, 1996).

Portanto, a seguir, nosso roteiro será o de apresentar as principais características sul-mineiras no tocante a sua demografia e destaque político que lhe veio a partir daí. Em seguida, nos deteremos numa tradicional economia voltada para o abastecimento interno do estado e todo país, sustentado, principalmente, pelo agro-pastoreio. Por último, abordaremos a expansão cafeeira no final do século XIX e início do XX, que tornou a região conhecida em todo país.

### **1: População e representatividade política do Sul de Minas.**

A historiografia demonstra que para além do papel da expansão cafeeira e das ferrovias também foi capital a condição demográfica, que possibilitou uma participação relevante dos principais atores políticos de Minas no desenvolvimento dos diversos processos em desenvolvimento no momento de virada do século XIX para o XX (Ver: DULCE, 1994 e VISCARDI, 2001). Aqui, tentaremos enfatizar o papel do Sul de Minas no encaminhamento político das mudanças em curso. Procuraremos verificar como se dava o recrutamento dos políticos da região, a importância da composição demográfica sulina e demais dados que melhor expliquem o contexto do Sul de Minas no final do século XIX e início do XX. Inicialmente será necessário entender toda esta estrutura político-demográfica para enfim nos determos nos aspectos econômicos e na expansão cafeeira.

Quanto à densidade demográfica das regiões mineiras, de acordo com o censo de 1872, o Sul de Minas possuía uma população ativa de 352.001 pessoas, sendo 279.778 livres e 72.223 cativos. Esta população escrava colocava o Sul de Minas como dono do terceiro maior plantel escravista de toda província, perdendo apenas para as Zonas Mata e Metalúrgica, com 94.559 e 90.148 escravos respectivamente. Mas se levarmos em consideração a população livre destas duas regiões, 279.778 e 383.601, respectivamente, percebemos que, proporcionalmente, o Sul de Minas possuía mais escravos que a Zona Metalúrgica. Ressaltamos ainda que a população livre do Sul de

Minas era um pouco maior que a da Zona da Mata (Censo da População Mineira em 1872 Apud LIBBY, 1988).

**Tabela 1.1: Minas Gerais: População Escrava, por regiões. 1873-1886.**

Regiões	1873		1880		1884		1886	
	Escravos	%	Escravos	%	Escravos	%	Escravos	%
Metalúrgica-Mantiqueira	95.401	24.9	63.160	19.5	51.820	17.3	49.436	17.3
Mata	100.776	26.3	100.248	30.9	106.939	35.8	104.360	36.4
Sul	<b>81.511</b>	<b>21.3</b>	<b>71.682</b>	<b>22.1</b>	<b>63.982</b>	<b>21.4</b>	<b>61.270</b>	<b>21.4</b>
Alto Paraíba	189.493	4.8	11.616	3.6	10.443	3.5	9.998	3.5
Oeste	33.711	8.8	29.806	9.2	24.440	8.2	23.152	8.1
Triângulo	7.996	2.1	9.436	2.9	5.921	2.0	5.522	1.9
S. Francisco - Montes Claros	7.983	2.1	8.325	2.6	7.574	2.5	7.411	2.6
Paracatu	2.639	0.7	1.714	0.5	1.587	0.5	1.548	0.5
Jequitinhonha-Mucuripe-Doce	34.160	8.9	28.551	8.8	26.225	8.8	23.794	8.3
Total	382.640	100.	324.538	100.	298.931	100.	286.491	100.

Fonte: COSTA, 2002; 33.

**Tabela 1.2: População Escrava dos Municípios Sul-Mineiros:**

Municípios	1876		1883		1885	
	Nº Escravos	%	Nº Escravos	%	Nº Escravos	%
Alfenas	4.170	5.6	5.022	8.0	4.495	7.7
Ayruoca	3.564	4.8	3.092	4.9	2.654	4.5
Baependy	7.248	9.7	6.306	10.0	3.877	6.6
Caldas	2.391	3.2	2.720	4.3	2.492	4.3
Campanha	6.750	9.1	3.379	5.3	5.422	9.3
Christina	4.547	6.1	5.599	8.9	4.610	7.9
Dores da Boa Esperança	4.764	6.4	2.455	3.9	2.477	4.2
Itajubá	4.496	6.0	3.960	6.3	4.048	6.9
Jaguary	1.070	1.4	1.172	1.8	1.069	1.8
Lavras	8.380	11.2	6.322	10.0	5.417	9.3
Passos	4.065	5.4	5.623	8.9	4.792	8.2
Pouso Alto	-	-	2.439	3.9	2.282	3.9
Pouso Alegre	4.075	5.4	3.465	5.5	2.227	3.8
S. José do Paraíso	4.164	5.6	1.890	3.0	1.778	3.0
S. Gonçalo	-	-	37	0.05	151	0.2
S. S. do Paraíso	3.598	4.8	3.814	6.0	3.537	6.1
Três Pontas	5.997	8.0	2.817	4.4	2.313	4.0
Ouro Fino	3.574	4.8	-	-	1.694	2.9
Total	74.363	100.	62.849	100.	57.947	100.

Modificado a partir de: COSTA, 2002; 36.

A elevada população cativa dos municípios do Sul de Minas comprova a importância econômica da região, envolvida no abastecimento inter e intraprovincial

desde o século XIX, processo analisado no próximo item. No entanto, mesmo as cidades sul-mineiras com maior concentração de escravos não se comparavam ao extenso plantel de Juiz de Fora, na Zona da Mata, que com uma produção cafeeira bastante desenvolvida detinha 20.713 cativos trabalhando em seu município no ano de 1880 (O BAEPENDIANO, 01/08/1880, 2).

Quanto à distribuição da força de trabalho no sul de Minas, a mesma dividia-se da seguinte maneira:

**Tabela 1.3: Distribuição da força de trabalho por categorias profissionais segundo sexo e condição, Sul de Minas Gerais – 1872.**

Sexo		Homem	Mulher
<b>Profissionais liberais, proprietários e outros.</b>	<b>Livres</b>	186	49
<b>Indústria e comércio</b>		237	14
<b>Artesão e operários de profissão declarada</b>		402	2.338
<b>Agricultura</b>		3.346	2.279
<b>Assalariados sem profissão declarada</b>		2.434	394
<b>Serviço doméstico</b>		333	2.743
<b>Sem ocupação</b>		4.692	3.726
<b>Total de Livres</b>		<b>11.630</b>	<b>11.543</b>
<b>Profissionais liberais, proprietários e outros.</b>	<b>Escravos</b>	2	-
<b>Indústria e comércio</b>		-	-
<b>Artesão e operários de profissão declarada</b>		180	455
<b>Agricultura</b>		1.405	1.035
<b>Assalariados sem profissão declarada</b>		303	133
<b>Serviço doméstico</b>		868	601
<b>Sem ocupação</b>		1.238	1.032
<b>Total de escravos</b>		<b>3.996</b>	<b>3.256</b>
<b>Total Geral</b>		<b>15.626</b>	<b>14.799</b>

Adaptação de LIBBY, 1988.

Já o quadro da população relativa de todo o estado, com base no censo de 1920, demonstra que a população do Sul de Minas era a segunda maior do estado, com 25,67 habitantes por quilômetro quadrado, ficando atrás apenas da Zona da Mata, com 30,60, mas muito a frente das demais regiões, o Centro e o Oeste, respectivamente terceiros e quarta zona, contavam com apenas 13,00 e 12,30 habitantes por quilômetro quadrado (RESENDE, 1982).

Tais condições refletiam nas ambições de mando político das zonas mais dinâmicas do estado, Mata e Sul, que passaram a ter maior participação no novo jogo político. Segundo análise de David Fleisher, a região do sul de Minas teve grande importância como base política dos presidentes de província, senadores e de deputados federais, a região seria a terceira neste aspecto, o que lhe conferiu uma crescente importância no desenvolvimento das iniciativas governamentais (FLEISHER, 1982).

**Tabela 1.4: Perfil comparativo da Elite Política Mineira**

<b>Região de base política</b>	<b>Presidentes 1890-1933</b>	<b>Vice-Pres 1890-1933</b>	<b>Dep.Fed. 1890-1937</b>
<b>Norte</b>	0.0	10.0	7.8
<b>Jequitinhonha</b>	0.0	10.0	3.9
<b>Rio Doce</b>	5.6	10.0	3.0
<b>Mata</b>	22.2	30.0	25.0
<b>Metalúrgica</b>	22.2	10.0	31.0
<b>Sul</b>	38.9	20.0	19.8
<b>Oeste</b>	11.1	10.0	6.9
<b>Triângulo</b>	0.0	0.0	2.1

Fonte: FLEISHER, 1982; 48.

O que confere a supremacia das regiões Metalúrgica, Mata e Sul, percebida na tabela, é o fato de possuírem a maior parte da população de Minas e ainda seus principais recursos econômicos, mas ao longo do período em análise estas proporções não serão estanques. A Zona Metalúrgica, por exemplo, recebeu o impulso da nova capital (inaugurada em 1898) e o crescimento da indústria siderúrgica após 1900, assim a região apresenta a maior representação geral (30,3%). Porém, foi superada pela Mata nas legislaturas 10<sup>a</sup>, 12<sup>a</sup>, e 13<sup>a</sup><sup>4</sup>, pois a representação da Zona da Mata se manteve bastante consistente ao longo do período, após o seu ponto mais baixo na primeira legislatura. Após um declínio na segunda legislatura, o Sul teve pequeno aumento na

<sup>4</sup> As 15 legislaturas analisadas são: 1<sup>a</sup>: 1890-1893; 2<sup>a</sup>: 1894-1896; 3<sup>a</sup>: 1897-1899; 4<sup>a</sup>: 1900-1902; 5<sup>a</sup>: 1903-1905; 6<sup>a</sup>: 1906-1908; 7<sup>a</sup>: 1909-1911; 8<sup>a</sup>: 1912-1914; 9<sup>a</sup>: 1915-1917; 10<sup>a</sup>: 1918-1920; 11<sup>a</sup>: 1921-1923; 12<sup>a</sup>: 1924-1926; 13<sup>a</sup>: 1927-1929; 14<sup>a</sup>: 1930; 15<sup>a</sup>: 1933-1934.

nona legislatura e voltou a sua posição de destaque na 13ª legislatura em diante (FLEISCHER, 1982). Ver tabelas:

**Tabela 1.5: Região de Base Política, por Legislatura Deputados Federais.**

Região	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	Média
Região	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	7.5
Norte	7.1	10.3	12.8	16.3	7.5	10	9.5	10.5	5.1	6.7	7.3	8.1	8.1	8.1	4.3	7.5
Jequeitinhã	4.8	5.1	5.1	4.7	7.5	7.5	7.1	7.9	5.1	6.7	4.9	2.7	2.7	0	2.2	3.7
Rio Doc	2.4	2.6	0	4.7	0	0	2.4	2.6	2.6	2.2	2.4	0	0	0	4.3	2.9
Mata	14.3	20.5	20.5	18.6	22.5	27.5	23.8	26.3	25.6	31.1	24.4	29.7	32.4	27	19.6	24.1
Meta	28.6	25.6	38.5	30.2	37.5	32.5	33.3	28.9	28.2	26.7	29.3	29.7	27.0	29.7	37.0	30.3
Legisla																
Sul	23.8	17.9	10.3	14.0	12.5	12.5	14.3	18.4	23.1	17.8	19.5	18.9	24.3	29.7	21.7	19.1
Oeste	11.9	15.4	12.8	11.6	12.5	7.5	4.8	2.6	5.1	4.4	7.3	8.1	2.7	2.7	8.7	6.6
Triângulo	0.0	2.6	0.0	0.0	0.0	2.5	4.8	2.6	2.6	2.2	2.4	0.0	2.7	2.7	0.0	2.1
Região	7.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	2.6	2.2	0.0	0.0	0.0	0.0	2.2	3.7
Tota 1%	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Tota 1 (N)	42	39	39	43	40	40	42	38	39	45	41	37	37	37	46	24.1

(FLEISCHER, 1982; 40)

**Tabela 1.6: Mobilidade Inter-Regional de Deputados Federais em Minas Gerais (Região de Base vs. Região de Nascimento) por coorte, 1890-1934.**

Região	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12/13	14	15
Triângulo	-	+4.8	-	-	-	+9.1	-	+9.9	-	-	-	-	-	-
Oeste	+1.7	-1.1	+5.6	+5.3	-	-	-	-	-1.7	-	+7.7	-10	-11.8	-3.4
Sul	-5.0	-2.3	-1.0	-5.2	-7.7	-20.9	-2.2	-10.0	-1.7	+9.1	+15.3	0.0	+29.4	-3.4
Metálica	+0.2	-5.6	+24.6	+15.8	+15.4	+27.3	+20	+16.7	+11.7	+18.2	+7.5	+20	+17.6	+17.2
Matão	+12.3	+15.7	-3.1	0.0	0.0	+17.3	-3.3	-3.3	-11.7	+27.3	+20	+23.5	+3.4	+3.4
Rio de Janeiro	-0.2	+4.8	-	0.0	-7.7	-	+10	-	-	-9.1	-	-10	-5.9	+3.4
Jequitinhonha	-0.2	-1.1	-1.0	-5.3	0.0	-0.9	-	-	-	+9.1	-	-	-	-3.4
Norte	+2.1	-3.3	+13.3	-5.3	+7.7	+11.8	-22.2	-3.3	-	-9.1	-7.7	0.0	+15.9	-3.4

(FLEISCHER, 1982; 41)

O caso do Sul de Minas é digno de atenção, pois densamente povoado, com intensa produção agrícola e na época “mais ligado economicamente e culturalmente às cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, o Sul parece ter produzido mais futuros

deputados (20% nascidos na região) do que as outras regiões” (FLEISCHER, 1982). De acordo com o autor, a estrutura de oportunidades políticas não podia oferecer carreiras políticas a todos os aspirantes nativos. Por outro lado, a proximidade da região com as Faculdades de São Paulo e Rio de Janeiro facilitou a aquisição de características preferidas como critério para o recrutamento político, em especial do PRM<sup>5</sup>.

Na tabela acima o percentual negativo indica que a região é “exportadora” de futuros deputados, isto é, que migraram para outras regiões para estabelecer suas bases políticas. Portanto, o Sul foi um grande “ninho” de futuros políticos, mas logo alçavam vôo para as demais regiões do estado. Mas cabe a pergunta, eleito por outras regiões, como agiria o deputado nascido no Sul de Minas? Eles virariam as costas para a região ou continuaria a atender as demandas dos agentes mais influentes da mesma, lembrando que, na sua maioria, os deputados eleitos eram familiares desses mesmos “poderosos” do Sul de Minas. Acreditamos que a fidelidade e defesa de interesses prevaleceram nas relações entre políticos e elite proprietária, embora alguma margem de manobra estes políticos pudesse ter.

No clássico *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Hollanda afirma que durante o Império “eram ainda os fazendeiros escravocratas e seus filhos profissionais liberais que monopolizavam a política (...) elegendo-se ou fazendo eleger seus candidatos” (HOLLANDA, 1984; 41). Por esta senda, David Fleisher comprovou através de um estudo quantitativo que os políticos mineiros representavam os interesses da elite agrária (FLEISCHER, 1982). Por outro lado, através de um estudo prosopográfico, Cláudia Viscardi conferiu relativa autonomia à classe política, afirmando que ela não atendia diretamente os interesses hegemônicos do café (VISCARDI, ; 89-99).

Estes estudos mais acurados de Cláudia Viscardi demonstram a expressão política do Sul de Minas quando se observa as facções mineiras que vigoravam no período. Sempre com caráter personalístico estes grupos estavam divididos em três bancadas: Francisco Sales (salistas) e Silviano Brandão (silvianistas ou viuvinhas), ambos do Sul de Minas e a terceira facção era sediada nas vertentes, sob a orientação de Bias Fortes (biistas).

Neste momento, entre 1898 e 1918, consolidou-se a chamada *Hegemonia Sul-Mineira*, quando as facções desta região concentraram-se num esforço de distribuir o

---

<sup>5</sup> Cabe-nos mencionar que as regiões Sul e Mata foram sempre as mais bem representadas dentro da Comissão Executiva do PRM. Ver também: RESENDE, 1982.

poder entre elas e impedir ameaças de outras áreas, principalmente da Zona Mata. Desta forma, o poder foi distribuído entre os silvianista, que assumiram o controle do estado com a presidência de Silviano Brandão e através da indicação do Presidente da Câmara Federal, enquanto os salistas garantiram o controle da comissão executiva do PRM. De acordo com Viscardi, esta união interna viabilizaria a indicação do primeiro presidente nacional do Sul de Minas, Wenceslau Brás.

No próximo item passaremos por um mapeamento da economia sul-mineira, marcada por um amplo leque de produtos voltados para o abastecimento interno e pelo desenvolvimento da cafeicultura na região.

## **2: A economia sul-mineira e o Mercado Interno**

Ao abordamos a região do Sul de Minas no final do século XIX nos deparamos com uma demografia dinâmica, marcada pela grande concentração de mão-de-obra cativa. Ao voltarmos nossos olhos para esta característica da região nos questionamos o que proporcionou tal condição demográfica, ou melhor, qual o elemento de produção que atraía e fixava esta abundante massa trabalhadora? A resposta desta questão está alicerçada na tradicional produção de alimentos e criação de animais da região que abastecia o mercado intra e interprovincial desde os finais do século XVIII e exigia uma volumosa mão-de-obra.

Embora este tema ultrapasse nosso recorte temporal, consideraremos alguns aspectos desta produção, pois a mesma ainda permaneceu viva no final do século XIX e também foi responsável pela formação de riqueza de algumas famílias que ainda controlavam a política no período em análise.

Os números encontrados pela bibliografia especializada indicam a importância da mão-de-obra escrava nas fazendas do Sul de Minas, cifras que se aproximavam dos índices das áreas agro-exportadoras (Ver: LENHARO, 1978; GRAÇA FILHO, 2002 e ANDRADE, 2005). Diante desta constatação, Marcos Andrade procurou caracterizar as fazendas sul-mineiras e buscou desvendar as atividades econômicas mais comuns na região que demandavam uma mão-de-obra tão volumosa. Com este escopo o autor mapeou a economia local através da análise de centenas de inventários, a fim de identificar a atividade produtiva da região na primeira metade do século XIX.

Segundo Marcos Andrade, as famílias fazendeiras e proprietárias de escravos fizeram fortuna no sul de Minas tendo como principais atividades econômicas o agro

pastoreio e a comercialização de gêneros voltados para o abastecimento interno – gado, porcos, carneiros e produtos como queijo, toucinho e a produção de fumo. Para trabalhar nestes empreendimentos a mão-de-obra escrava foi largamente utilizada. Nas palavras do autor, “o cenário que se vislumbra é caracterizado por grandes propriedades e, logicamente, por grandes escravarias” (ANDRADE, 2005). Em sua pesquisa Andrade pôde constatar que:

“a economia sul-mineira esteve assentada em um leque diversificado de atividades, com especial atenção para as agropastoris e a comercialização em praças regionais e interprovinciais. Um grande proprietário escravista poderia ser dono de engenho, pecuarista, produtor de alimentos, dono de lavra e comercializar parte de sua produção nas vilas e nos distritos mais próximos e, em especial, na Corte. A origem da riqueza estava relacionada ao consórcio de várias atividades e, quase sempre, um grande fazendeiro também era negociante (ANDRADE, 2005; 42).”

O autor ainda assinala a importância do termo de Campanha no cenário sul-mineiro, tanto pela sua diversidade de empreendimentos realizados, como pelo crescimento populacional verificado na primeira metade do século XIX, especialmente da população escrava. O autor também ressalta o nível de concentração de posse de cativos nas mãos de alguns poucos senhores e o número de proprietários dedicados a produção de açúcar, rapadura e aguardente. As fazendas escravistas, nas palavras do autor, “consorcia(vam) diversas atividades – ao mesmo tempo em que se criava gado, cavalos, porcos e ovelhas, plantava-se arroz, milho e feijão, sendo que muitos desses produtos destinavam-se ao comércio inter e intraprovincial”(ANDRADE, 2005: 47).

Assim, a atividade agropecuária se expandiu significativamente pelo Sul de Minas e garantiu “a sobrevivência de pobres e sitiantes e fizeram a fortuna de grandes fazendeiros”.

Segundo Andrade, com base no estudo de inventários, a importância que as atividades agrárias possuíram na região pôde ser constatada pelo grande número de proprietários qualificados como agricultores, pecuaristas e agropecuaristas, e ainda pela produção de alimentos e pela criação de animais.

“As evidências encontradas são de que quase todos os segmentos estavam envolvidos em atividades ligadas à produção de gêneros para o consumo e para o abastecimento interno, com destaque reiterado para a comercialização de gado, porcos e fumo, com destino certo: a praça mercantil carioca. Como já foi verificado, os grandes proprietários escravistas dispunham de mais recursos e estavam mais integrados à economia de abastecimento” (ANDRADE, 2005; 48).

Por último, algumas considerações a respeito do comércio do sul de Minas com outras praças também é revelador da economia da região na primeira metade do século XIX. Pois, as grandes fazendas mineiras não eram auto-suficientes e a origem da riqueza estava relacionada à diversificação de várias atividades. Entretanto, assinala Marcos Andrade, que o cotidiano das fazendas esteve sempre associado ao das vilas, dos arraiais, do comércio a beira de estradas e com outras províncias, o autor ressalta que a “dependência dos artigos importados começava com a mão-de-obra, vinda da África, e passava por vários outros produtos, como o sal e os instrumentos agrícolas, fundamentais para tocar os negócios das fazendas” (ANDRADE, 2005: 53).

Assim, o plantio de cana, a produção de açúcar, rapadura, aguardente, alimentos e a criação de animais estavam entre as principais atividades que garantiram sobrevivência e o enriquecimento dos proprietários mais abastados do sul de Minas. Era em torno dessas atividades que se montava a estrutura das grandes unidades escravistas, compostas pelas “casas de vivenda”, pelas senzalas, pelas benfeitorias e as plantações. Para sua execução, a mão-de-obra escrava foi fundamental. Parte do excedente da produção açucareira ou da criação de animais podia ser comercializada nos mercados locais, regionais ou mesmo fora da província.

Este era o quadro econômico que se apresentava na primeira metade dos oitocentos, no entanto, mudanças significativas ocorreram na região ao longo da segunda metade do século, principalmente devido à expansão cafeeira que chegou a região por volta de 1870, provocando profundas modificações na economia sul-mineira. Embora o tradicional abastecimento interno não tenha desaparecido imediatamente, sua importância se reduziria.

Segundo Cláudia Viscardi, em finais do século XIX, com o café passando a ser produzido no Sul e Mata mineiros, “com uma percentagem mínima de aproximadamente 30% e 70%” (VISCARDI, 1995) respectivamente, a dedicação ao mercado interno, que englobava a produção de alimentos para a sustentação da cafeicultura e para subsistência, diminuiu. De acordo com a autora, “esta economia tinha peso insignificante para a receita do estado no final do século XIX e início do XX, principalmente se comparada à receita fiscal oriunda do café”. Viscardi também assinala a importância da rubiácea para Minas Gerais:

“O café tinha uma importância fundamental para o desenvolvimento econômico de Minas Gerais. Ele era responsável pela quase totalidade da

receita fiscal do estado. Os excedentes dele provenientes foram responsáveis pela diversificação econômica de sua região de origem, que veio a ser a mais industrializada de Minas no período. Os estudos que comprovam a existência de uma forte economia cafeicultora no estado com base na grande concentração de terras e na relativa monetização da economia se contrapõem a todos os outros até então realizados em torno da economia mineira”. (VISCARDI, 1995; 62). (Ver também: PIRES, 2004; Oliveira, 2000).

De acordo com Viscardi, mesmo sendo o “mosaico mineiro” composto de grande diversidade econômica interna, a base de sustentação econômica do estado era o café. E este era produzido em larga escala em latifúndios escravistas em moldes semelhantes, porém em menor escala, aos paulistas.

**2.1.1: Percentual do Valor da Produção do Café no Conjunto das Exportações Mineiras (1899-1924)**

Períodos	Valor exportado (contos)	Valor do Café (contos)	Percentual do café sobre o total
1889/1893	99.982,450	71.628,535	71,64
1894/1898	186.687,546	128.164,206	68,65
1899/1903	156.343,563	93.228,506	59,63
1904/1908	136.043,725	64.619,539	47,49
1909/1913	191.802,771	84.682,079	44,15
1914/1918	282.952,735	84.909,415	30,00
1919/1923	550.796,920	241.233,057	43,79
1924/1926	939.768,502	505.095,723	53,74
<b>Médias</b>	318.047,277	159.195,133	52,39

FONTE: PIRES, 2004; 80.

**2.1.2: Tabela Comparativa dos Percentuais das Exportações Mineiras**

Produtos	1888 (%)	1898 (%)	1908 (%)	Médias (%)
Café	78	68	38	61.33
Outros produtos agrícolas	3	4	12	6.33
Pecuária	12	18	35	21.66
Produtos minerais	s/d	7	7	7
<b>Total</b>	93	97	92	94

FONTE: PIRES, 2004; 81.

Por esta senda, à produção cafeeira é atribuído o fenômeno de crescimento das cidades médias brasileiras (em especial aquelas localizadas no interior de São Paulo e Minas). O fenômeno da urbanização, “responsável por transfigurar vilarejos em

concentrações consideráveis de gentes e casas”, que vinha se acentuando no país desde meados do Império. Este processo ocorreu concomitantemente à abolição efetiva do tráfico de escravos e graças a fatores vários, entre eles a libertação de capitais comprometidos com o comércio de cativos e a hegemonia alcançada pela produção cafeeira, iniciava-se o desenvolvimento das cidades situadas no “Brasil caipira” (DOIN, 2007).

“Por volta de 1852, vilazinhas e lugarejos localizados na porção interiorana do país eram tomados por uma avalanche de transformações. O que poucos anos antes eram apenas parques aglomerados de casebres, anônimos, insignificantes, entregues à modorra sonolenta da rotina, num repente acordavam, tomados de pressa ingente para entrar no bonde da história e atingir a *benesses do progresso*, acordados que foram pelo aroma forte e instigante de uma bebida dadivosa como o café e atingidos pelo imaginário alimentado em torno do moderno” (DOIN, 2007).

O café trazia consigo a eletricidade, o automóvel e o telefone, os tecidos finos, o calçamento das ruas e a construção de teatros e outras “novidades”. Portanto, a economia do sudeste brasileiro em finais do século XIX foi marcada pela expansão cafeeira, acompanhada por uma ideologia progressista de modelo francês que determinaria os caminhos do *progresso e civilização*. O sul de Minas não esteve alheio a este processo, principalmente quando o café começou a se expandir pela região e lentamente caminhou para se tornar o seu principal produto no século XX. Nosso escopo do próximo item será a introdução cafeeira no Sul de Minas, embora reconheçamos que a economia da região no período em estudo também foi marcada pela sobrevivência da economia voltada para o abastecimento interno, ainda significativa na economia da região, pois característica tão marcante, que já durara séculos, não seria descartada da noite para o dia.

### **3: A economia sul-mineira e a expansão cafeeira**

A história da cafeicultura no Sul de Minas Gerais é uma história recente se comparada aos demais modelos destinados a agroexportação de café que conhecemos no país, entre eles o complexo do Vale Paraíba Fluminense, o modelo paulista e em Minas o modelo da Zona da Mata.

Nosso intuito é discutir a chegada e propagação do café por toda região. Na data baliza de nossa pesquisa, 1870, a produção de café ainda não era a principal da região, mas ao longo do período em evidência, 1870 a 1918, o café ganhou forças e o Sul de

Minas se tornou uma das principais regiões produtoras do estado, e num período posterior, 1960, a maior produtora do país. Nossas fontes, os periódicos locais, discutem temas relevantes à produção e a sua expansão, mas não fornecem com exatidão informações preciosas do funcionamento da cafeicultura na região, como o tamanho das propriedades, a quantidade exata da produção anual, qual a proporção da mão-de-obra utilizada, ou ainda, se existiam plantações de alimento dentro das fazendas de café; mas através de profunda pesquisa bibliográfica acreditamos suprir algumas destas lacunas.

Como o Sul de Minas é uma região pouco estudada, tomamos como principais referências trabalhos que discutem o tema para a Zona da Mata (Em especial Pires, 2004; Oliveira, 2000 e Oliveira, 2001). Não que o processo tenha sido o mesmo nas duas regiões, ao contrário, ocorreram de forma bastante diversa, mas para nossa explanação tais trabalhos serão essenciais, e onde houver diferenças serão assinaladas por nós. Alguns trabalhos encontrados sobre o Sul de Minas também foram de fundamental importância, entre eles, *A saga dos cafeicultores no Sul de Minas e Introdução e expansão do café na região Sul de Minas*.

A cafeicultura no Sul de Minas se expandiu pelos municípios de Aiuruoca, Jacuí e Baependi, no Vale do Rio Sapucaí, em fins do século XVIII (FILETO & ALENCAR, 2001). Na segunda metade do século XIX, o café ganharia espaço mais para o Norte e o Oeste, alcançando Lavras, Nepomuceno, Perdões, Bom Sucesso e Campo Belo. Ao Leste, as fazendas de café avançariam pelas localidades de Monte Santo de Minas, São João da Fortaleza (hoje Arceburgo), Santa Bárbara das Canoas (Guaranésia) e Cabo Verde. Todas estabelecidas como extensão da expansão do Oeste paulista (OLIVEIRA & GRIMBERG, 2007).

A rubiácea segue sua expansão pelo Sul de Minas na Freguesia de Dores de Guaxupé, em 1875, quando alguns fazendeiros dessa freguesia firmaram contratos com prestadores de serviço para o plantio de lavouras de café. Embora já existissem cafeeiros em algumas propriedades da região, destinados ao consumo de famílias, lavouras maiores e com interesse econômico foram plantadas somente a partir daquele ano. Pois foi neste momento, que pela primeira vez, os produtores locais fecharam contratos detalhados sobre o sistema em que as lavouras deveriam ser formadas, assim como as obrigações, os direitos e os valores de pagamento ajustados com os trabalhadores. Segundo Oliveira e Grinberg, “terras férteis em abundância e quase a custo zero, mão-de-obra ociosa, expansão das linhas ferroviárias e, principalmente, um

longo período de preços atraentes do café explicam a rápida expansão cafeeira no Sul de Minas” (OLIVEIRA & GRIMBERG, 2007).

Como foi dito, no Brasil alguns modelos precederam a produção agro-exportadora do Sul de Minas, vejamos, de maneira sintetizada, as principais características e as dessemelhanças entre cada um deles:

O modelo mais antigo é o do Vale Paraíba Fluminense, que esteve vinculado aos altos investimentos de capitais de ‘grosso trato’ sediados na praça mercantil do Rio de Janeiro, que foram reinvestidos nas fronteiras abertas da região (OLIVEIRA, 2001). Durante todo o período imperial, a província do Rio de Janeiro manteve a hegemonia na produção cafeeira. Em 1880, os fazendeiros fluminenses respondiam por 60% da produção nacional, contra 25% de Minas, 10% de São Paulo e 5% do Espírito Santo (VISCARDI, 2001). Mas, nos anos finais do Império, o plantio de café no Rio de Janeiro entrou em decadência, causado pelo desgaste do solo em decorrência da erosão e do surgimento de pragas (OLIVEIRA & GRIMBERG, 2007), e ainda pelo processo de envelhecimento dos cafezais e escassez de matas virgens ocorrido no final do XIX e início do XX (PIRES, 2004).

Outro importante modelo foi o do lado ocidental do Vale Paraíba, na parte paulista, ali “a acumulação prévia originária de atividades agrícolas anteriores, como o açúcar e a produção de alimentos, sem uma intervenção direta de capitais e agentes mercantis (OLIVEIRA, 2000)” foi responsável pela transição para uma economia agro-exportadora. Mônica Oliveira assinala que na província paulista os menores custos de produção do café teriam aberto as possibilidades de acumulação a um amplo contingente de população. Assim, nos primórdios da cafeeira paulista existiu a participação de pequenos e médios produtores com utilização de mão-de-obra doméstica.

Já na Mata Mineira o processo foi diverso, pois:

“o modelo de transição processado nesta região vinculou-se, historicamente, à província de Minas, num movimento centrífugo de dispersão de suas elites dentro dos limites da sua própria província. Essas elites estavam vinculadas, tradicionalmente, à mineração e, posteriormente, às redes de abastecimento do Centro-Sul. Incorporaram, com o decorrer das décadas do século XIX, novas fronteiras, apropriando-se do crescimento vertiginoso da cultura cafeeira no Sudeste e dos altos preços alcançados por ela nos mercados internacionais (OLIVEIRA, 2000; 17).”

Isto é, partiu de investimentos produzidos internamente na província mineira, em outras comarcas geograficamente distantes, mas interligadas por rotas de comércio em direção à Corte do Rio de Janeiro. Seus agentes mercantis instalaram-se em matas virgens da Zona da Mata, dando origem a montagem de um núcleo agro-exportador cafeeiro. Mônica Oliveira afirma que a economia mercantil de alimentos e de animais praticadas anteriormente ao café não possibilitavam a geração de excedentes a serem transferidos para a atividade agro-exportadora e que somente uma acumulação anterior, fora dos limites da recente fronteira agrícola da Mata, seria capaz de promover um salto qualitativo para a grande produção cafeeira (OLIVEIRA, 2000) - foram elas, as atividades de produção e comercialização de alimentos e pecuária, própria das unidades pertencentes à Comarca do Rio das Mortes (Ver: GRAÇA FILHO, 2002).

Assim, a implantação da lavoura cafeeira na Zona da Mata Mineira não significou um avanço da fronteira da cafeicultura fluminense e a mesma não se constituiu uma extensão daquele sistema agrário, ao contrário, possuiu um ritmo próprio, alimentado pelo amplo movimento interno da província mineira.

Vistos estes modelos, nos debruçemos sob a chegada e expansão da rubiácea no Sul de Minas. Ao longo da segunda metade do século XIX a cafeicultura começou a deixar o Vale Paraíba e se expandir pelas regiões paulistas do Oeste Velho (Campinas) e poucos anos depois invadiria o Oeste Novo (Ribeirão Preto) com grandes plantações. Havia largas extensões de terras férteis e de boa topografia. Na província de São Paulo a mão-de-obra escrava vinha sendo substituída pela corrente imigratória européia, composta principalmente de italianos, devido a Lei do Ventre Livre e os constantes movimentos abolicionistas. No mesmo contexto a rápida expansão da rede ferroviária facilitou enormemente o escoamento das produções (SEMEGHINI, 1991).

A expansão dos cafezais não parou nas divisas de São Paulo: as plantações avançaram pelos municípios do Sul de Minas, embora em escala menor se comparada às novas regiões paulistas. Desse modo, diferentemente do ocorrido na Zona da Mata, a expansão da cafeicultura no Sul de Minas foi, de fato, o resultado de uma expansão ainda mais voraz em outra região, no nosso caso, o Oeste Paulista. Processo que implicaria na aproximação comercial das duas regiões.

Conforme Oliveira e Grinberg, a região Sul sempre foi muito ligada ao estado de São Paulo, pois desde a metade do Século XIX “levava sua produção em carros de boi até as estações ferroviárias no interior paulista, rumo ao Porto de Santos” (OLIVEIRA

& GRIMBERG, 2007; 18). A produção de café nestas localidades se ampliaria com a chegada dos trilhos da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, em 1890.

Inicialmente os fazendeiros do Sul de Minas possuíam atividades econômicas diversificadas: investiam na lavoura do café, mas continuavam criando gado – um negócio rentoso e com mercado menos instável, no final do século XIX. Além disso, em todas as fazendas, os trabalhadores, empregados a partir do sistema de colonato, cultivavam suas roças de alimentos e criavam porcos destinados ao consumo doméstico.

No texto *A Saga dos cafeicultores no Sul de Minas* encontramos diversos depoimentos que confirmam a assertiva acima e corroboram com a idéia de que no interior das fazendas voltadas para a produção de café para exportação também existiam espaços para a produção de alimentos para a subsistência, em especial dos colonos:

“Lá na Santa Maria (fazenda da família) viviam muitos italianos. Lembro que havia um que cuidava da horta de verduras, um italiano desses caprichosos. Tinha tudo quanto era espécie de verdura, fruta – o pomar era excelente. Naquela época – estou falando de 1930 para trás (...) -, os pagamentos eram feitos anualmente. Os colonos tinham sua roça de milho, feijão, arroz, seus porcos, suas vacas, os cavalos e a agricultura de subsistência. “O toucinho, normalmente, eram eles que produziam”. (OLIVEIRA & GRIMBERG, 2007, pp 80-82).

O Sul de Minas era uma área rica em terras férteis e baratas e passou a ser procurado como terreno adequado para abrirem fazendas de café em seu território. Segundo Oliveira e Grinberg:

“em alguns casos, eram famílias de agricultores apenas em busca de terras novas. Em outros, eram familiares de proprietários de casas comissárias ou de casas bancárias. Como as terras eram baratas, alguns imigrantes italianos que trabalhavam originalmente como colonos, depois de guardarem algum capital e recorrerem ainda a parentes, conseguiram se tornar proprietários. Outros fazendeiros começaram como tropeiros ou carroceiros, transportando sacas de café em lombo de burros. Posteriormente, investiram em terras, transformaram-se em produtores, mas alguns não deixaram de comercializar, justamente para financiar a sua própria atividade agrícola. Da mesma forma, funcionários de casas comissárias, encarregados de comprar o café diretamente dos fazendeiros, poupavam e investiam em terras, e se tornavam produtores (OLIVEIRA & GRIMBERG, 2007; 20)”.

Portanto, terras férteis em abundância e quase a custo zero, mão-de-obra ociosa, expansão das linhas ferroviárias e, principalmente, um longo período de preços atraentes do café explicam a rápida expansão cafeicultora no Sul de Minas.

Diferentemente da produção paulista, que se manteve em escala ascendente, e da produção fluminense, em escala descendente, a produção mineira vivenciou as diversas crises do café, mantendo a estabilidade percentual no conjunto da exportação cafeeira brasileira. Em termos absolutos, porém, a produção mineira teve ascensão gradual e constante. Estudos recentes<sup>6</sup> comprovam que o café teve importância fundamental para o desenvolvimento econômico de Minas Gerais. Ele era responsável pela quase totalidade da receita fiscal do estado. Os excedentes dele provenientes foram responsáveis pela diversificação econômica de sua região de origem, que veio a ser a mais industrializada de Minas no período.

**Conclusão: As regiões clássicas do café, semelhanças e dessemelhanças.**

Para determinarmos a extensão e os limites da produção cafeeira do Sul de Minas se fez necessário entender a produção da Zona da Mata, maior produtora da rubiácea na província. Assim desvelaríamos qual região era responsável por qual quinhão da produção total do café em Minas Gerais, pois a Zona da Mata foi responsável por todo o cultivo da província em um primeiro momento, até, aproximadamente 1880, quando, enfim, passou a dividir a responsabilidade pela produção mineira com a região Sul, ver tabela:

**2.2.1: Participação da produção cafeeira da zona da mata na produção do estado de minas gerais (períodos selecionados)**

PERÍODO	MINAS GERAIS	ZONA DA MATA	%
1847/48	745.381	743.707	99,77
1850/51	900.264	898.184	99,76
1886	5.776.866	4.316.067	74,71
1888	5.047.600	4.433.800	87,83
1903/04	9.404.136	5.993.425	63,73
1926	12.793.977	9.105.543	71,17

PIRES, 2004.

O desenvolvimento da produção da Zona da Mata pode ser resumido da seguinte forma:

“Em meados de XIX, a Mata era responsável por 99% da produção mineira de café. Principal região cafeeira do estado até 1920, com uma produção de

<sup>6</sup> Ver: PIRES, Anderson. **Café, Finanças e Bancos: Uma Análise do Sistema Financeiro da zona da Mata de Minas Gerais: 1889/1930.** Tese de doutorado. São Paulo. USP. 2004. e ALMICO, Rita de Cássia da Silva. **Fortunas em movimento: um estudo obre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora (1870-1914).** Dissertação de Mestrado. Campinas. Unicamp, 2001.

81.000 arrobas em 1829/1830, essa região terá um crescimento de produção para aproximadamente 2,5 milhões de arrobas em 1870/1871. Em 1890, 75% da receita de todo o estado advinha de suas taxas pela produção cafeeira. Entre 1870 e 1930, o café vai participar em cerca de 60% do total do valor das exportações de Minas Gerais. Essa região e o Sul, maiores produtores de café da província desde o final do século XIX, serão responsáveis por 86% do total da produção de Minas. A região matense sofreu uma queda em relação ao sul da província no final do século passado (XIX), quando da expansão da lavoura desse produto para essa região, embora a Mata continuasse tendo a maior produção até o início desse século (XX), com cerca de 60% do total do estado” (ALMICO, 2001).

Já na pesquisa de Anderson Pires encontramos importante referência ao desenvolvimento da cafeicultura do Sul de Minas e a sua relevância comparada à produção da Zona da Mata, que somadas nos dão a produção total mineira:

“Nos anos 70, a produção mineira era a segunda do país. Suas exportações representavam 27% das nacionais. Até aquela data, a quase totalidade do café exportado era produzido na zona da Mata. A partir do final da década de 80 o café passou a ser cultivado com maior intensidade no Sul de Minas (...); com isto, aumentou o peso do produto sul mineiro no cômputo total das exportações. Até o final do Império, a maior parte do café exportado vinha da zona da Mata. De uma participação de cerca de 20% das exportações no início da década de 90, **o café sul mineiro passou a 30% do valor total exportado nos primeiros anos do século XX, mantendo-se nesta posição até 1930.** A zona da Mata continuou como a região produtora principal. (...)” (GIROLETTI Apud PIRES, 2004). (grifo nosso).

Todos os autores consultados são unânimes em afirmar que a Zona da Mata foi responsável por toda produção mineira por um longo período. Estes autores também comungam com a idéia de que a partir de 1880, Mata e Sul se tornam as maiores produtoras de café do estado, para não dizer únicas em toda Minas Gerais. E que somente a partir de 1893, quando o Sul de Minas se torna responsável pela produção de um oitavo do café exportado do estado, é que começa a ameaçar a posição de produtora hegemônica da Zona da Mata (BLASENHEIN, 1982). Também salientamos que existiram distinções entre os interesses da Zona da Mata e do Sul quanto à expansão cafeeira, pois o próprio surgimento do café na região sulista não era resultado da expansão do café da Zona da Mata, ao contrário, o fluxo de comércio das duas regiões era diferente: O Sul vinculava-se ao porto de Santos e a Mata ao porto do Rio de Janeiro.

A produção de café em Minas, ao longo de todo período analisado, enfrentou diversas crises, mas em geral contou com elementos favoráveis para o seu bom desenvolvimento. Para o Presidente de Estado Jacques Bias Fortes a alta dos preços do

café fez com que toda a lavoura se dedicasse exclusivamente a este gênero. Daí proviria o exagero dos preços de gêneros alimentícios enfrentado na última década do século XIX em quase todos os municípios, pois em todos os anos ocorria verdadeiro êxodo da mão-de-obra em direção à zona cafeeira, “abandonando aquela onde se cultivam de preferência os cereais, resultando nesta carência considerável de braços” (Relatório do Presidente de Província de 1895, Chrispim Jacques Bias Fortes, pp.18-22. In.: uchicago.edu).

O café, mesmo enfrentando algumas crises, no final do período em análise, mantinha sua posição de excelência e com apoio político as duas regiões manteriam suas produções por um longo tempo:

“O café mantém a sua posição excepcional de termômetro de nossa situação econômica. Este abençoado produto que nos tem tornado prósperos e constitui a base da riqueza do Estado é a mais copiosa fonte de receita pública. (...) As zonas da Mata e do Sul de Minas, que se desentranham hoje nas mais variadas produções, têm sabido guardar fidelidade à lavoura cafeeira, que as enriqueceu, e conservarão, sem dúvida, a posição alcançada à custa de longos anos de indefenso labor (...). Embora se abram largos horizontes à produção cafeeira nas terras virgens dos Vales do Mucuri e Rio Doce, seria um crime esquecer, neste momento, as regiões clássicas do café, cujo futuro reclama toda a atenção dos poderes públicos (...). Cumpra ao governo ajudar a lavoura a remodelar os métodos até aqui seguidos, difundindo o uso de máquinas e adubos e o ensino dos preceitos da agronomia moderna”. (Relatório de Presidente e Estado, Arthur Bernardes, 1919).

Segundo Maria Resende, a expansão da cafeicultura na Mata e no Sul e o transporte ferroviário foram os principais fatores econômicos do século XIX em Minas Gerais. A invasão cafeeira deslocou a vida econômica da província em direção ao Sul do estado (RESENDE, 1982). Assim, a cafeicultura foi decisiva na aceleração de mudanças que vinham se operando no território mineiro há muito tempo.

Com esta expansão da cafeicultura teve início à dinamização da vida econômica na Mata e no Sul, inicialmente possibilitada pelas novas vias de transporte abertas pela cafeicultura que estimulou novos setores. No entanto, lembra a autora, que o sistema ferroviário, implantado em Minas Gerais a partir de 1869, como decorrência da expansão cafeeira, beneficiou apenas parcelas do território, essencialmente o sudeste e sudoeste da província. Este crescimento regionalizado provocou um interno desequilíbrio econômico entre as regiões. Somado ao problema da desorganização do trabalho em 1888 a província acabou por se dividir entre regiões cafeicultoras, Mata e Sul, que passaram a exigir mão-de-obra e amparo governamental, e regiões estagnadas,

que exigiam Estradas de Ferro para dinamizar suas produções locais (RESENDE, 1982).

Conforme Ana Lúcia Duarte Lanna, toda a rede ferroviária da Zona da Mata foi construída tendo como objetivo a comercialização do café. Neste momento acreditou-se que as soluções para o tão almejado progresso e para a diversidade econômica passavam, necessariamente, pela integração de todas as regiões. Estimulado pelo aumento das exportações o governo aprovava todos os pedidos de concessões e mesmo as regiões que não fossem diretamente beneficiadas com a expansão das vias férreas votavam a favor das concessões, acreditando que os lucros oriundos do café “enriqueceriam a província rapidamente, e possibilitariam um investimento futuro para a construção de suas próprias ferrovias<sup>7</sup>”.

Portanto, a partir de 1870, destacam-se algumas mudanças qualitativas na atividade cafeeira. Como o incremento na construção de ferrovias, que visava reduzir os altos custos com transportes. A partir daí, as cidades desenvolvem-se, caracterizam-se a formação de consciências regionais mais fortes, que originariam sérios atritos entre os poderes provinciais e as regiões de Minas (LANNA, 1988).

Apesar da forte representação política dos cafeicultores, eles não detêm o controle total do poder do Estado. As demais regiões, notadamente a mineradora, continuam a ter um peso político muito grande. Assim, ao mesmo tempo em que os auxílios para o café eram concedidos, também eram estipuladas taxações variadas de modo que o orçamento provincial/estadual apoiava-se nos lucros auferidos nesta atividade (LANNA, 1988). Ou seja, abrem-se pressupostos para questionarmos se o governo teria consistentemente favorecido os interesses corporativos da cafeicultura. Evidentemente, sem negarmos a posição hegemônica da mesma no Estado brasileiro.

Este problema advém do fato de, embora, Minas se constituir numa unidade político-administrativa com contornos geográficos delimitados, ser na verdade a soma pouco integrada de diversas regiões com características sociais e econômicas bastante diferenciadas entre si. John Wirth assinalou que tal característica pode ser avaliada em um duplo aspecto: de um lado, na unidade mineira, o desenvolvimento de cada região se constituiu numa linha diferente de tempo, dando ao estado uma longa história de crescimentos desarticulados e descontínuos; e, além disso:

---

<sup>7</sup>Mas este apoio das demais regiões se dará de forma tensa, ansiosas em reverter os lucros auferidos na atividade cafeeira em seu próprio benefício sempre cobravam, de forma rígida, o esperado retorno por parte das províncias produtoras de café. Ver: LANNA, A. L. D.op.cit.

“aquelas regiões que fariam parte daquele “todo”, se articularam muito mais com as outras unidades federais com as quais possuíam vizinhança do que com a unidade política e administrativa que integravam (o Sul e o Triângulo com São Paulo, o Norte com a Bahia, a Zona da Mata com o Rio de Janeiro)”. (Grifo nosso). (WIRTH, 1982).

### Bibliografia

- ALMICO, Rita de Cássia da Silva. **Fortunas em movimento**: um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora (1870-1914). Dissertação de Mestrado. Campinas. Unicamp, 2001.
- ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra; 2002.
- ANDRADE, Marcos Ferreira. **Elites regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro**: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2008.
- BLASENHEIN, Peter. Uma história regional: a Zona da Mata Mineira. In.: **V Seminário de Estudos Mineiros**: A República Velha em Minas. Belo Horizonte: UFMG/PROED: 1982.
- BLOCH, Marc. **Introdução à história**. Publicações Europa-América. 4ª edição. S.d.
- BOBBIO, Norberto et Alii. **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 1986.
- BOTTOMORE, T.B. **As elites e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1974.
- SANTOS, W. G. **Cidadania e justiça**: a política social na ordem brasileira. RJ: Editora Campus, 1979. p. 59-62.
- CARONE, Edgar. **A república velha**: II Evolução política (1889-1930). São Paulo: Difel, 1983.
- CASTILHO, Fábio F. A. **Entre a locomotiva e o fiel da balança**: a transição da mão-de-obra no Sul de Minas. Dissertação de Mestrado, UFJF. 2009.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Cia das Letras. 1996.
- \_\_\_\_\_. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.
- COSTA, Maria Lúcia Prado. **A Fábrica de Tecidos de Machado** (1871-1917). FUNDAMAR, Paraguaçu, 1989.

\_\_\_\_\_ **A Cia. Estrada de Ferro Muzambinho - 1887-1910**, FUNDAMAR, Paraguaçu. 1996.

\_\_\_\_\_ **A transição da mão-de-obra escrava para a livre no Sul de Minas**. FUNDAMAR, Paraguaçu, s/d.

\_\_\_\_\_ **Fazenda São Diogo**, uma saga dos escravos libertos no Sul de Minas. FUNDAMAR, Paraguaçu. 1990.

\_\_\_\_\_ **Fontes para a História Social do Sul de Minas**. FUNDAMAR, Paraguaçu. 2002.

CUSTÓDIO SOBRINHO, Juliano. **Negócios internos**: estrutura produtiva, hierarquização social e posse de cativos em freguesia sul-mineira (1780-1850).

DELFINO, Leonara Lacerda. **Entre “Muros” e “Mosaicos”**: trajetórias familiares de cativos e libertos de pequenas e médias posses (Pouso Alegre, MG, 1845-1869).

DOIN Et ali, José Evaldo. A Belle Époque caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no Mundo do Café (1852-1930) – a proposta do CEMUMC. In.: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 27, nº 563, PP. 91-122. 2007.

DULCI, Otávio Soares. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG. 1994.

FILLETTO, Ferdinando e ALENCAR, Edgar. “Introdução e expansão do café na região Sul de Minas”. **Revista de administração da UFLA**, v.3.n.I, jan.-jun. 2001.

FLEISHER, David D. A cúpula mineira na República Velha: Origens sócio-econômicas e recrutamento de presidentes e viça-presidentes do Estado e de deputados federais. In.: MONTEIRO, Norma de G. (org.) **V Seminário de Estudos Mineiros: A República Velha em Minas**. Belo Horizonte:UFMG/PROED: 1982.

HEINZ, F. M. (org.) **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais**. São João del Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume. 2002.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 17 ed. Rio de Janeiro: J. Olympio. 1984. p.41.

LAGE, Ana Cristina Pereira. **A instalação do Colégio Nossa Senhora do Sion em Campanha**: uma necessidade política, econômica e social da região sul-mineira no início do século XX. Campinas: Unicamp, 2007.

- LANNA, Ana Lúcia Duarte. **A Transformação do Trabalho:** a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira. Campinas: Editora da Unicamp. 1988.
- LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação:** o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842. São Paulo: Símbolo, 1979
- LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e Trabalho em uma economia escravista:** Minas Gerais no século XIX. Editora Brasiliense. 1988. LANNA, Ana Lúcia Duarte. **A Transformação do Trabalho:** a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira. Campinas: Editora da Unicamp. 1988.
- LUCA, Tânia Regina de. **A revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação.** São Paulo: editora da UNESP. 1999.
- MATTOS, I. **Tempo saquarema:** a formação do estado imperial, 2ed, São Paulo: Hucitec, 1990.
- MENEZES, Lená Medeiros de. **Os indesejáveis. Desclassificados da modernidade:** protesto, crime e expulsão na capital federal (1890-1930). Rio de Janeiro: Eduerj.1997.
- MONTEIRO, Norma de Góes. **Imigração e Colonização em Minas, 1889-1930.** Belo Horizonte e Rio de Janeiro: Editora Itatiaia. 1994.
- NEDELL, Jeffrey D., **Belle Époque tropical:** sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- OLIVEIRA, José Geraldo Rodrigues de & GRINBERG, Lúcia. **A saga dos cafeicultores no Sul de Minas.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.
- OLIVEIRA, Mônica R. Cafeicultura Mineira: Formação e Consolidação – 1809-1870. IX Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina: Cedeplar, 2000.
- \_\_\_\_\_. Formação de núcleos agro-exportadores cafeeiros: os modelos paulista, fluminense e mineiro. In: **IV Congresso de História da Economia e 7ª Conferência Internacional de História de Empresas.** São Paulo: ABPHE, 2001.
- PIRES, Anderson. **Café, Finanças e Bancos:** Uma Análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais: 1889/1930. Tese de Doutorado. São Paulo. USP. 2004.
- RESENDE, M. E. Lage de. **Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais:** o novo PRM – 1889-1906. Belo Horizonte: UFMG/PROED. 1982.
- SCHWARCZ, Lilian Moritz, **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SEMEGHINI, Ulysses C. **Do café à indústria:** Uma cidade e seu tempo. Campinas: Editora da Unicamp. 1991.

SEVCENKO, Nicolau, **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SILVA, Vera Alice Cardoso. O significado da participação dos mineiros na política nacional, durante a primeira República. In.: **V Seminário de Estudos Mineiros: A República Velha em Minas**. Belo Horizonte:UFMG/PROED: 1982.

VISCARDI, C. M. R. História, região e poder: a busca de interfaces metodológicas. **Lócus**: revista de História, 1997, v 3, n 1.

\_\_\_\_\_. Minas de dentro para fora: A política interna mineira no contexto da Primeira República. **Revista Lócus**, Juiz de Fora, v. 5, n.2, p. 89-99.

\_\_\_\_\_. Elites políticas em Minas Gerais na primeira república. In.: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, PP. 39-56.

\_\_\_\_\_. **O teatro das oligarquias**, uma revisão da “política do café com leite”. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2001.

WIRTH, John D. **O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira, 1889-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

#### Fontes

**- Coleção de Microfilmes da Universidade Federal de São João del Rei, UFSJ:**

O Baependiano, primeiro de agosto de 1880, p.2;

Correio do Povo 02 de agosto de 1891, p.1

**- Relatórios (disponíveis no endereço eletrônico: [uchicago.edu](http://uchicago.edu)):**

Relatório de Presidente de Estado. Francisco Sales, 1903;

Relatório do Presidente de Estado Chrispim Jacques Bias Fortes, 1895;

Relatório de Presidente e Estado, Arthur Bernardes, 1919.